



DEPUTADO ÚNICO

Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.º
Aprova o Orçamento do Estado para 2021

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado único representante da Iniciativa Liberal apresenta a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.º – Orçamento de Estado para 2021:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 188.º - A (NOVO)

Alargamento e flexibilização do SIGIC

Em 2021, o Governo toma medidas, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), de modo a assegurar que:

- a) O vale de cirurgia é concedido à data da consulta, e não quando são excedidos os Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG), sempre que o tempo médio de espera no hospital de origem já seja superior ao regulamentado pelos TMRG;
- b) É atribuído, a título extraordinário, uma dotação de vales de cirurgia a todos aqueles que necessitem de uma cirurgia cujos tempos de espera médios sejam superiores, à data da consulta, aos TMRG, por forma a regularizar os atrasos decorrentes da suspensão da atividade clínica e cirúrgica;
- c) O vale de cirurgia inclui eventuais meios complementares de diagnóstico e terapêutica adstritos ao procedimento cirúrgico e que não tenham sido realizados no hospital de origem, evitando assim atrasos adicionais.
- d) São realizados os pagamentos devidos às entidades prestadoras nos prazos legalmente estabelecidos, situação mormente violada e que leva a que muitos prestadores não aceitem pacientes via SIGIC.

Nota justificativa: O Serviço Nacional de Saúde regista, em vários hospitais de diversas geografias, consideráveis atrasos na prestação de cuidados, em particular de consultas de especialidade e de cirurgias. Em algumas especialidades, os tempos de espera podem exceder mesmo os dois anos.

Esta incapacidade do Serviço Nacional de Saúde de prover os cuidados de saúde a tempo e horas coloca em causa o direito constitucional de acesso universal ao sistema de saúde. Mais grave ainda, coloca em causa a saúde dos próprios pacientes, que se degrada a cada dia que passa, podendo mesmo culminar numa escusada e lamentável morte. Por conseguinte, avolumam-se também os custos para o erário público, que terá de tratar complicações perfeitamente evitáveis, fossem os cuidados prestados a tempo.

A criação do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC) veio melhorar substancialmente o acesso dos cidadãos às cirurgias, permitindo que estes possam, com a atribuição de um vale de cirurgia, encontrar um outro prestador do sector público, privado ou social que efetue a intervenção.

Tendo em conta os atrasos recorrentes nas listas de espera, agora agravados pela atividade suspensa durante o surto da covid-19, é imperioso acautelar o acesso aos cuidados de saúde por parte dos portugueses, independentemente da natureza jurídica do prestador.

Palácio de São Bento, 29 de outubro de 2020

O Deputado
João Cotrim Figueiredo